



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências da Administração
Coordenadoria do Curso de Graduação em Administração
Fone/Fax: 3721-9374 - 3721-6686
CEP: 88.010-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Curso: Ciências da Administração, modalidade a distância

Disciplina: Direito e Legislação Tributária.

Professor(es): Carlos Araujo Leonetti

Código: CAD9149

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2

Ano: 2012

Módulo: 5

2. EMENTA: Direito e Legislação Tributária: Direito tributário: conceito e objeto. Princípios constitucionais tributários. Conceito e classificação dos tributos. Obrigação tributária e crédito tributário. Impostos em espécie..

3. OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA:

Conscientizar os alunos da importância do direito tributário na administração pública brasileira.

4. OBJETIVO(S) ESPECÍFICOS(S) DA DISCIPLINA:

Compreender os conceitos fundamentais do direito tributário brasileiro.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1 – Introdução ao Direito Tributário

Unidade 2 – Direito e Legislação Tributária

6. METODOLOGIA DO TRABALHO:

O desenvolvimento das atividades do curso com o uso dos seguintes recursos:

- Livro texto
- Vídeos-aula
- Atividades
- Chat com os tutores



Ministério da Educação



- Chat com o professor
- Videoconferência
- Tutoria a distância
- Tutoria presencial

Quanto ao uso do material impresso, ao final de cada unidade, o aluno encontrará sugestões de leituras e atividades obrigatórias e/ou complementares, além da indicação de textos, livros e sites visando um melhor desenvolvimento do processo a distância.

As vídeos-aula complementam o conteúdo abordado no livro texto, através de exemplos práticos e explicações detalhadas do professor. O aluno pode assistir as vídeos-aula no tempo que julgar adequado.

O livro texto traz atividades que serão desenvolvidas pelos alunos ao longo da disciplina, conforme orientação do professor. Para realizá-las, o aluno conta com o uso de ferramentas de interatividade, para sanar suas dúvidas com o professor, através da videoconferência e do chat com o professor (previamente agendados) ou com a tutoria a distância.

A comunicação com os tutores a distância pode ser por meio do ambiente virtual de ensino-aprendizagem.

Em complemento, a tutoria presencial disponibiliza no ambiente virtual os horários de funcionamento do pólo. Os alunos podem formar grupos de estudos, sob coordenação dos tutores presenciais.

Ao final da disciplina, o aluno fará a prova presencial, no seu pólo de ensino, sob coordenação dos tutores presenciais.

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

a) Atividades de aprendizagem – 4,0 pontos

Na disciplina haverá duas atividades e um fórum (1 ponto) que deverão ser entregues nas datas previamente agendadas.

A média das notas nas atividades valerá 40% da nota final, ou 4 pontos.

Observação: Atividades atrasadas não serão aceitas pelos tutores.

b) Prova presencial – 6,0 pontos

Será realizada uma prova presencial que valerá 60% da nota da disciplina, ou 6,0 pontos.

Será aprovado o aluno com média maior ou igual a 6,0. O aluno com média inferior a 3,0 terá direito à dependência. O aluno que tiver média maior ou igual a 3,0 e menor ou igual a 5,5 terá direito a uma prova de recuperação. A nota final do aluno que fizer recuperação será a média aritmética simples da média das avaliações parciais e a nota da prova de recuperação. Se a nota final for maior ou igual a 6,0 o aluno será aprovado, caso contrário terá direito a dependência de acordo com as normas do curso.

Lembretes

- Os alunos devem lembrar que os tutores e/ou professores estão para auxiliar e não para resolver a lista toda e/ou tarefas.

- Não serão consideradas as tarefas idênticas feitas por diferentes alunos. O objetivo das tarefas é que o aluno desenvolva o seu próprio raciocínio.

8. BIBLIOGRAFIA:

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 15 . ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- BALEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. Atualizado por Misabel Derzi. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- _____. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualizado por Misabel Derzi. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- _____. *Uma introdução à ciência das finanças*. Rio de Janeiro: Forense.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 3 .ed. São Paulo: LEJUS.
- CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Saraiva.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Comentários à Constituição de 1988. Sistema tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- _____. *Curso de direito tributário brasileiro*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- CRUZ, Flávio da (Coord.) *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- FALCÃO, Amílcar de Araújo. *Fato gerador da obrigação tributária*. 6.ed. Atualizada por Flávio Bauer Novelli. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HORVARTH, Estevão; OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Manual de Direito Financeiro*. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- JARDIM, Eduardo Ferreira Marcial. *Manual de Direito Financeiro e Tributário*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LEONETTI, Carlos Araújo. *A contribuição de melhoria na Constituição de 1988*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 21 ed. São Paulo: Malheiros,

2003.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Compêndio de direito tributário*. Rio de Janeiro: Forense.

NOGUEIRA, Alberto. *A reconstrução dos direitos humanos da tributação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PAULSEN, Leandro. *Direito tributário: Constituição e Código tributário nacional à luz da doutrina e da jurisprudência*. 9.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário*. v. III: os direitos humanos e a tributação. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.